



# PROTOCOLO COMUNITÁRIO DE CONSULTA PRÉVIA

APANHADORAS E APANHADORES  
DE FLORES SEMPRE VIVAS

Macacos, Pé de Serra e Lavras



# APRESENTAÇÃO

Nós, apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas, somos povos tradicionais e vivemos na porção meridional da Serra do Espinhaço. Temos como principal atividade a tradicional panha das flores sempre-vivas, que representa a nossa fonte de renda essencial para a reprodução sociocultural e nossa identidade de povo tradicional.

Além das flores, apanhamos botões, cipós, capa de coco, folhas, sementes e frutos secos (em torno de 240 espécies) voltados para o mercado de plantas ornamentais. Esse número aumenta quando são incluídas as plantas nativas, medicinais e alimentares, além de madeiras, fibras e óleos. Uma mesma família chega a manejar dezenas de espécies!

Durante o período de seca, subimos a campo para apanhar flores, soltar o gado e manejar animais de carga. Nesse período, nossas moradias são as lapas e os ranchos na Serra.

Nossas terras são de uso comum e também temos nossas áreas individuais de posse/propriedade, respeitando sempre o espaço de cada um. Trabalhamos juntos para viver no pé da Serra e sobre ela.

Na época das chuvas, fazemos as plantações das hortas e roças ao redor das moradias, além da criação de animais de pequeno porte. As atividades são feitas no coletivo familiar de forma artesanal.

Diante dessa riqueza socioambiental, empresas, pesquisadores e outros exploradores com diversos interesses procuram nosso território e muitas vezes querem interferir de forma pouco cuidadosa. Por isso, construímos o presente **Protocolo Comunitário de Consulta Prévia**, que é um instrumento elaborado pelas comunidades e traz acordos e regras coletivas sobre como nos organizamos e tomamos decisões sobre ações que afetam nosso dia a dia no território.

O presente documento é o Protocolo de Consulta Prévia das Comunidades Tradicionais Apanhadoras de Flores de Macacos, Pé de Serra e Lavras.

© Foto: João Roberto Ripper -  
Comunidade de Macacos



# MAS O QUE É ESSA CONSULTA PRÉVIA?

O direito de consulta prévia está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Garante aos povos e comunidades tradicionais o direito de escolha, participação e avaliação sobre projetos, empreendimentos, propostas legislativas, pesquisas acadêmicas e quaisquer intervenções que afetem direta e indiretamente seu modo de vida. Isso porque é o povo, nos seus territórios, que conhece as realidades locais, os problemas e dificuldades que enfrentam e também as suas potencialidades. Assim, para qualquer ação nos territórios é o povo que deve ser consultado por primeiro. A consulta deve ser prévia, antes da intervenção no território; livre, ou seja, sem intimidação, intromissão ou pressão; e informada, com o máximo de esclarecimentos sobre a ação que vai impactar as comunidades.

É importante que as comunidades construam coletivamente as próprias regras e acordos sobre as consultas. Nossas decisões devem ser respeitadas antes de qualquer projeto, empreendimento, proposta legislativa, pesquisa acadêmica ou intervenções nos nossos territórios. O Protocolo Comunitário de Consulta Prévia é, portanto, o documento que diz como nos organizamos, como tomamos nossas decisões e como devemos ser consultados.



@Foto: André Dib



# QUEM SOMOS?

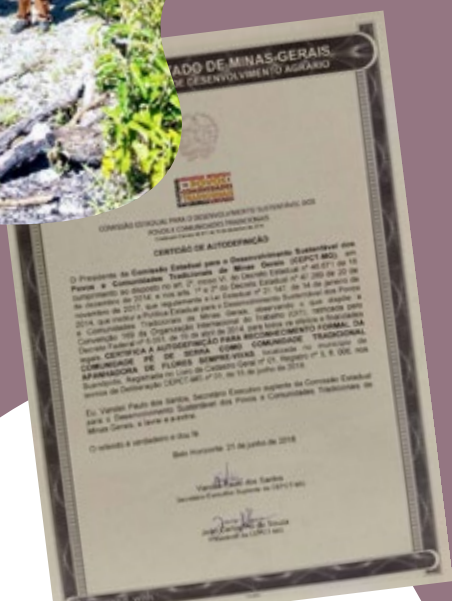
Nós, apanhadores e apanhadoras, também somos agricultores familiares. A comunidade tradicional é uma única família; nós passamos nossos saberes e conhecimentos de geração em geração. O nosso território é solo sagrado onde se garante a soberania alimentar através da agricultura tradicional, com grande variedade de sementes crioulas. Somos os detentores dos saberes e práticas sustentáveis de produção agrícola com o uso das roças de toco para reposição natural da fertilidade do solo. Também temos grande diversidade de plantas alimentares nativas e adaptadas.

@Foto: Artis Alves



## E O QUE É SER COMUNIDADE TRADICIONAL?

Nossos saberes são tradicionalmente transmitidos através de gerações e aprimorados ao longo dos anos, garantindo a sobrevivência e a adaptação com a natureza e as mudanças climáticas. Nossos modos de ser, fazer e viver tradicionais nos tornam verdadeiros guardiões das águas, das sementes crioulas e da biodiversidade, além de possibilitar o manejo de espécies nativas do Cerrado e cultivá-las em diferentes ambientes e altitudes. Temos como principais atividades a agricultura, a criação de gado e a panha das flores sempre-vivas, em uma paisagem de beleza rara. Cada lugar da Serra do Espinhaço tem um valor sentimental e uma história a contar. Pé de Serra, Macacos e Lavras foram certificadas pela Comissão Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais em 2018.



E é na busca por garantias do território e acesso a políticas públicas para manter esse sistema vivo frente aos desafios atuais que nos organizamos na **Comissão em Defesa das Comunidades Extrativistas (Codecex)**.



## MAS O QUE É A CODECEX?

A Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas, criada em 2010, é formada por comunidades de apanhadoras e apanhadores de flores sempre-vivas e quilombolas de sete municípios de Minas Gerais. Tem como missão a luta e a resistência pela manutenção dos territórios e do modo de vida tradicional; reconhecimento social dos apanhadores e apanhadoras de flores sempre-vivas e respeito aos seus direitos; promoção do uso sustentável dos recursos naturais; acesso a políticas públicas diferenciadas e incremento de renda das famílias. A Codecex atua nas comunidades que estão na Serra do Espinhaço ou em sua área de influência, que é importante referência geográfica, histórica, cultural e ambiental de Minas e do país.

@ Foto: Márcio Andrade - Codecex



# O QUE É A SERRA PARA NÓS?

A Serra é uma parte da gente, toda nossa vida vem dela! Plantamos, colhemos, panhamos flor, criamos nossos filhos e somos avós. Podemos ir longe, mas esse lugar fica dentro da gente. Ela é nossa sobrevivência, é tudo para nós.

A Serra é memória, é sustento. É nossa vida, é nossa história, é sentimento. Ela nos dá ervas medicinais, remédios, prazer de viver, alimento, gado gordo e nossas águas.

Nela também celebramos, tem o forró na lapa e o lazer no rancho. Com nossos vizinhos também celebramos e nos alegramos.

Fazemos casamentos serra/sertão, a fogueira de São João, a Folia de Reis, a festa do Sagrado Coração e Nossa Senhora da Conceição, que juntas feitas são; também temos festa de Nossa Senhora Aparecida e de São Sebastião, além das cavalgas que já são nossa tradição.

Temos ainda as danças, o lundu, saia dourada e recortada, além do tradicional forró pé-de-serra, orgulho da nossa terra.

Também fazemos trocas como antigamente, de alimentos, farinha, rapadura, legumes e café entre a gente.

Temos ainda nossa culinária local, na qual usamos frutos nativos para fazer alimentos doces e salgados.

***Queremos a Serra sempre,  
sempre viva!***



@Foto: Codecex

*“A minha vida inteira foi vendo essas famílias subirem a Serra na época da panha da sempre-viva. A Serra é um pedaço da minha história. Quem tinha rancho, quem tinha lapa. Descia todo mundo da Serra pra vender depois da panha.”*

*(apanhadora de flor)*



*“A Serra me importa muito. A gente se criou tirando sustento dela.” (apanhadora de flor)*

*“A serra para mim é uma coisa muito importante. Onde nasce a água. Tem muito bicho. Fornece umidade para as plantas.” (apanhadora de flor)*

*“Eu crio gado, tiro meu sustento da Serra. A gente não quer destruir nada, só quer tirar o sustento.” (apanhadora de flor)*



@Foto: Codecax

## COMO VIVEMOS?

Para a gente, a vida é a Serra, é um pedacinho do céu na terra. Através dela, vamos passando nossos costumes, chás, remédios e a panha das sempre-vivas. Antes, para fazer a panha, as famílias iam todas juntas. Além disso, tem o mastro, tem as rezas, o almoço na casa do festeiro, o forró e a tradição de anos. Nossas festas eram de uma semana ou mais.

Fazemos a panha da flor porque é parte da nossa existência e do nosso modo de vida, além de ser nossa fonte de renda, sempre respeitando a preservação do meio ambiente, a preservação das águas, das plantas nativas, das medicinais, ornamentais, alimentares, e do ambiente como um todo, pois nossos modos de fazer, viver e produzir são sustentáveis há gerações. A panha também é a manutenção das nossas tradições, costumes e da nossa identidade.



# NOSSA HISTÓRIA

Nossa história começou há mais de 300 anos. A panha de flor tem mais de 100 anos. Nós herdamos força, resistência e pertencimento dos nossos ancestrais. Nosso meio ambiente é preservado, pois, onde tem comunidade tradicional, tem proteção do ambiente. Nós praticamos o manejo tradicional do fogo na época certa, depois das primeiras chuvas, sem provocar incêndios nem mortes de animais e outras plantas, trazendo benefícios para o meio ambiente.



@Foto: Valda  
Noqueira

*“O povo da comunidade já tinha uma tradição. O fogo tem que estar daquele jeito, na época [só em fileira, para não alastrar] (...) Não queimavam as nascentes e nem a mata. Eles [a administração do Parque Nacional das Sempre-Vivas] trouxeram um suíço para ensinar o que meu pai já fazia.”  
(apanhador de flor)*





*“As vargens gostam de fogo, pois ele é vida para as plantas do Cerrado. Tanto para a flor como para o gado se faz necessário o manejo do fogo. Depois das primeiras chuvas, quando dá uma estiagem e seca o campo, mas a mata continua molhada, e só o campo pega fogo. Em caso de perder o controle, alguns apanhadores de flores conseguem apagar o fogo com orações.”  
(apanhadora de flor)*

Nossos modos de fazer e produzir demonstram o cuidado com o tempo da natureza, fazendo uso do fogo em um período específico após as primeiras chuvas, com os conhecimentos tradicionais dos antepassados. Observamos que os órgãos ambientais buscam o conhecimento fora da comunidade, quando poderiam encontrar facilmente entre a gente, pois nós garantimos a preservação da natureza há séculos.

Quando fazemos uso do fogo, fazemos preferencialmente à noite, pois é mais frio, e nessa hora o capim fica úmido e as pedras esfriam, permitindo que o fogo não espalhe para a mata nem afete as nascentes.

É preciso fazer na hora certa, respeitando o nosso conhecimento, de quem vive todos os dias nesse lugar, conforme os tempos da natureza.

Antes, com maior liberdade, fazíamos nossa roça e a criação de animais na Serra, nos encontrávamos lá para a panha das flores e outras atividades. Ficávamos mais de um mês nas lapas, fazíamos forró, rancho, casamentos, rezas e benzeções. O povo era acostumado com uma área livre e aberta. Nossa história é principalmente de **trabalho coletivo**.

© Foto: Márcio Andrade





*“É o costume dos antepassados, a gente vai herdando. É tudo parente. Você pode ir para onde for, mas esse pedacinho fica com a gente. Os costumes, chás, sempre-vivas. Santos da Igreja do Sagrado Coração. É um pedacinho do céu que ficou aqui na Terra.” (apanhadora de flor)*

@ Foto: Codecex

## AMEAÇAS E CONFLITOS

Nós nos organizamos pela Codecex, nas associações, grupos comunitários e nas articulações em redes de defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Toda e qualquer intervenção que afete direta ou indiretamente os territórios dos apanhadores e apanhadoras de flores sempre-vivas deve passar pelo processo de consulta, para que nós decidamos como vão se dar ou não essas intervenções. É o acesso à nossa terra de uso comum que queremos, pois, com as proibições dos

órgãos ambientais e o avanço das empresas, estamos sem nossa liberdade. Nosso direito de posse também deve ser respeitado.

As unidades de conservação foram criadas sem consulta prévia e em categorias que não permitem o acesso à biodiversidade e afetam nosso modo de vida tradicional. Com as restrições que temos sofrido para acessar nosso território nas áreas que foram tomadas pelo parque, temos visto queimadas em épocas erradas que colocam em risco o meio ambiente e a vida na Serra.

*“Os guardas-parques não fazem o que deveriam fazer. Foram colocar fogo no terreno do meu pai, sem conversar, queimou a nascente. Os únicos vizinhos que não convivo são eles.” (apanhadora)*



O acesso ao nosso território foi cerceado com a criação do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Desde então, as nossas comunidades são proibidas ou sofrem restrições para fazer a panha, plantar, criar e reproduzir os modos de vida tradicionais.

Em 2002, foi criado o Parque Nacional das Sempre-vivas, sem consulta prévia, determinando as áreas de panha como de proteção integral e impedindo a realização do manejo tradicional das flores. Assim, fecharam nosso acesso à Serra, impedindo o trabalho nas áreas de uso comum e também nas de posse. Essa mudança estrutural afeta o modo de vida das nossas comunidades até hoje e ainda está em fase de negociação o acesso à sociobiodiversidade na Serra do Espinhaço.

Outra situação que assusta as comunidades são as notícias sobre o avanço de mineradoras nos nossos territórios, arrebatando tudo, sem consequências! Elas entram sem pedir permissão, fazem pesquisa em áreas de nascentes, usando explosivos e assim secando os nossos córregos. Também causam conflitos internos entre as famílias, pois prometem empregos e benefícios, fazendo alguns falarem por elas e colher assinaturas, que podem ser usadas para fins escusos.



Além disso, tirar blocos de pedra e revirar o solo pela exploração mineral interfere no ciclo da água da Serra e no processo de formação do solo. Estão querendo pedras ornamentais e metais preciosos, e com isso desmatar, fazer buracos, consumir e poluir nossa água.

O avanço da monocultura de eucalipto também nos prejudica, porque invade nosso território, seca nossas nascentes, utiliza agrotóxicos que envenenam nossos solos e águas e ainda ameaça nossas áreas de uso comum, pois o avanço da monocultura prejudica a manutenção da biodiversidade, que é uma das principais riquezas da Serra.

A água também deve ser acessível a todos e todas, pois é bem comum e não deve ficar restrita aos interesses das empresas, como as de eucalipto e mineração. Nós, apanhadoras e apanhadores, sabemos como preservar a água, não desmatamos nascentes nem beira de rio, nem deixamos a terra

exaurir; utilizamos o pousio, que poupa a fertilidade e a água do solo e do subsolo.

A Serra é nossa caixa d'água, que armazena em seus vales as chuvas que abastecem os lençóis e afloram nos minadouros. Sem ela, ficaríamos sem água limpa e acessível, necessária à nossa sobrevivência e da própria Serra. Nela estão nascentes que alimentam importantes bacias hidrográficas do país, as quais as comunidades sempre souberam cuidar.

Também somos ameaçados pela biopirataria, por meio de indivíduos ou empresas interessados na nossa riqueza em biodiversidade e nos nossos conhecimentos tradicionais associados

a essa biodiversidade, os quais construímos por tradições dos nossos ancestrais. Esses exploradores interventores buscam se apropriar dos conhecimentos tradicionais que temos sobre as características, usos e métodos de trabalho do nosso rico e diverso patrimônio genético.

A partir disso, usam esses conhecimentos para fins acadêmicos ou econômicos, sem reconhecer a fonte dessa sabedoria nem repartir os benefícios que vêm da intervenção. Não realizam ainda a consulta prévia, livre e informada nas comunidades que exploram.





# O QUE QUEREMOS?

Através das nossas lutas e auto-organização, nossas comunidades já conquistaram alguns direitos, mas ainda precisamos de avanços nas nossas demandas, como em políticas públicas essenciais na educação, saúde, transporte e comunicação. No entanto, é importante que o Estado garanta – como determina a Constituição Federal – a efetivação dos direitos humanos da população apanhadora de flores sempre-vivas. Assim, nossas principais reivindicações são:



- Oportunidade para os jovens apanhadores de flores sempre-vivas, como bolsas, projetos e trabalhos.
- Políticas públicas essenciais como educação, transporte, saúde e comunicação. Precisamos de postos de saúde equipados, ambulâncias, estradas transitáveis, acesso a transporte escolar e acesso a transporte público, para circulação interna e externa da comunidade. Também precisamos de comunicação, pois em algumas localidades não há sinal telefônico ou de internet.
- Fomento do artesanato como fonte de renda, por meio de políticas públicas e subsídios.
- Garantia do livre acesso e uso da biodiversidade.
- Realização de consulta prévia, livre e informada em toda e qualquer ação que impacte nosso modo de vida tradicional.
- Demandamos a regularização fundiária dos territórios tradicionais das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas pelos órgãos competentes.

@Fotos: Codeex



- Formalização de termos de compromisso coletivo com as unidades de conservação.

- Recategorização do Parque Nacional das Sempre-Vivas para Reserva de Desenvolvimento Sustentável. São as comunidades apanhadoras que preservam há muitos anos o meio ambiente da Serra; o parque nacional chegou depois e ainda sem fazer a consulta prévia. Devido a isso, não temos a liberdade de uso pleno do nosso território.

- Colocar em prática o Plano de Conservação Dinâmico do Sistema Agrícola Tradicional dos Apanhadores de Flores Sempre-vivas. Esse plano apresenta um conjunto de propostas para a preservação do Sistema Tradicional dos Apanhadores de Flores, resultado de um processo participativo envolvendo as comunidades locais, a Codecex, pesquisadores de universidades, ONGs parceiras e representantes do governo estadual e das prefeituras de Diamantina, Presidente Kubitscheck e Buenópolis.

@ Foto: João Roberto Ripper  
- Comunidade de Macacos



## COMO A LEGISLAÇÃO PROTEGE AS COMUNIDADES TRADICIONAIS?

---

A Constituição da República reconhece direitos fundamentais em seu Art. 5º, como a igualdade de gênero, de raça, etnia, assim como reconhece a autodeterminação dos povos, ou seja, reconhece autonomia para os povos no Brasil e no mundo na determinação de sua identidade e modos de vida. Nos seus Arts. 6º e 7º também reconhece direitos sociais, como moradia, lazer, saúde, alimentação, educação, previdência social, segurança e outros. Esses são direitos de todos os brasileiros e brasileiras.

Em seu Art. 225, reconhece a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo ainda ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O meio ambiente equilibrado está diretamente relacionado aos modos de fazer, viver e produzir dos povos tradicionais, cujo modo de vida protege a biodiversidade, pois faz uso do território com manejo tradicional, passado de geração em geração, mantendo o equilíbrio do bioma e das espécies de flora e fauna com as quais se relacionam.

O Art. 216 declara como patrimônio brasileiro os bens materiais e imateriais que se referem à identidade, ação e memória dos grupos formadores da sociedade brasileira, como os povos de quilombo, indígenas e outros povos tradicionais.

Temos ainda o Decreto 6.040 de 2017, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, e orienta a construção de projetos para estruturação da produção familiar em parceria com órgãos do governo, como Incra, Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial e Ministério do Meio Ambiente.

## QUEM DEVE SER CONSULTADO?

Toda a comunidade deve ser consultada. Os nossos mais velhos devem ser escutados, porque têm sabedoria e muita experiência e foram apanhadoras e apanhadores por toda a vida.

As associações das comunidades devem ser consultadas, mas também o conjunto das pessoas que representam. Esse conjunto

é composto pelas próprias comunidades, para além dos membros das associações e dos seus presidentes.

Jovens também devem ser consultados(as), pois elas e eles são os herdeiros(as) dos nossos ensinamentos e tradições. Mais tarde, lutarão por melhorias nas nossas comunidades.

## COMO A COMUNIDADE DEVE SER CONSULTADA

A consulta deve acontecer antes de decisão que impacte o território, em todas as comunidades afetadas. As reuniões serão realizadas em datas que não atrapalhem as comunidades e devem ser marcadas com antecedência, favorecendo a participação das pessoas. A coordenação, registro e relatoria das reuniões devem ser das comunidades.

A linguagem deve ser de fácil entendimento e tem que ter esclarecimentos das dúvidas. Convidados e convidadas das comunidades devem participar e os custos serão pagos pelos empreendedores ou poder público.

Qualquer consulta deve ser informada para a Codecex, que reunirá a comunidade para informar e debater. Só depois do debate entre a comunidade é que será marcada uma agenda entre a comunidade e os interessados no desenvolvimento da intervenção. A comunidade precisa, então, conversar antes, para tirar dúvidas e refletir em conjunto sobre como entende a iniciativa que adentra o território.

A consulta deve ser coletiva, democrática e ampla. A comunidade é que decide como vai ser o plano de consulta e a Codecex deve participar dessa construção. São necessárias ainda reuniões internas com os



As moradoras e moradores das comunidades próximas, afetadas direta e indiretamente pela intervenção, também devem ser consultadas(os).

Descendentes das famílias que têm raiz na comunidade, mas moram fora, também devem ser consultados, pois fazem parte da nossa história e do nosso território. Muitas pessoas que não residem na comunidade estão fora para estudar e trabalhar e retornam com suas contribuições para suas localidades.

Afirmamos que todo e qualquer empreendimento, iniciativa ou intervenção que queira acessar os nossos territórios deve procurar a Codecex para que ela possa fazer um primeiro diálogo com as comunidades para em conjunto iniciarem os debates.

Os parceiros indicados pelas comunidades também devem integrar o processo, como a Codecex, a Articulação Rosalino e outros, pois são entidades e pessoas de confiança no nosso território.

outros parceiros para definir o plano de consulta, de acordo com a quantidade e necessidade que a comunidade definir. Por fim, a consulta prévia acontecerá no local, data e forma que a comunidade escolher.



## O QUE É A ARTICULAÇÃO ROSALINO?

A Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais é uma congregação de sete povos tradicionais do estado de Minas Gerais com diferentes tradições, culturas e etnias. Tem como função representar e apoiar politicamente os diferentes povos nas diferentes

esferas do governo e entre os diferentes grupos sociais. Tem como objetivo a unificação dos povos na busca pelo direito aos seus territórios tradicionais, à regularização fundiária, ao exercício de sua cultura diferenciada, à preservação do ambiente e à fala.

## COMO DECIDIMOS

O processo de consulta deve ser relatado por representantes escolhidos pelas comunidades e todas as dúvidas tiradas para permitir que a comunidade chegue a uma decisão. O protocolo deve ser respeitado como condição para a decisão, ou seja, só decidiremos se todas as etapas da consulta forem cumpridas.

Os consensos estabelecidos durante o processo consultivo e a escuta dos(as) principais representantes devem ser considerados para se chegar à decisão final. As decisões serão tomadas ainda no tempo das comunidades, de forma democrática e livre.

Nossos parceiros também devem participar desses momentos, da forma que determinarmos.

Acontecerão reuniões internas com representantes das comunidades para discussão e tomada de decisão, em quantas reuniões forem necessárias.

Só decidiremos se todas as etapas da consulta tiverem sido cumpridas. O processo de consulta deve ser relatado e todas as dúvidas tiradas para permitir que a comunidade chegue a uma decisão. Por fim, o protocolo deve ser respeitado como condição para a decisão. Nossas decisões serão tomadas por consenso ou por maioria, com quórum de participação de toda a comunidade.





## **AQUELA FLORZINHA BRANCA**

Sabe por que eu gosto tanto de flores?  
Por que tenho certeza de que Deus também  
se apaixonou por elas.  
Posso até imaginar Deus fazendo esse lindo  
jardim, um campo de sempre vivas  
e pedindo por favor, cuide bem dele prá mim!

Eu acredito que não são apenas flores!  
Deve ser o coração de Deus cheio de  
amor, espalhando flores por aí.  
Uma das coisas mais bonitas que já vi,  
um jardim florido e um campo de sempre vivas.

Aquelas florzinhas brancas tão lindas  
E sempre sempre vivas.

***Geralda Maria Soares Silva***  
***Comunidade de Macacos - Diamantina-MG***



# PROTOCOLO COMUNITÁRIO DE CONSULTA PRÉVIA



**Realização:** Comunidades Apanhadoras e Apanhadores de Flores  
Sempre Vivas Macacos, Pé de Serra e Lavras. Minas Gerais, 2019.

**Assessoria:** Camila Cecilina Martins, Lizely Borges, Karina  
Rodrigues Ferreira, Luciana Pivato, Maria Eugênia Trombini,  
Maria de Fátima Alves, Márcio de Souza Andrade, Naiara Andreoli  
Bittencourt, Pedro Martins

**Relatoras gráficas:** Bruna Mello e Camila Mello

**Revisão:** Silmara Krainer Vitta

**Diagramação:** Ana Luisa Dibiasi

**Fotos:** André Dib, Arlis Alves, Elisa Cotta, João Roberto Ripper,  
Karina Rodrigues Ferreira, Mário Andrade, Valda Nogueira e Codecex

**Apoio:**



**Brot**  
für die Welt



FORD  
FOUNDATION

**Organizações mobilizadoras:**



Terra de  
Direitos

**CODECEX**  
Comissão em Defesa dos Direitos  
das Comunidades Extrativistas